



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OGE 2024

Tribunal de Contas dos Municípios

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo, na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios do Estado.

Inciso VI do Art.12 da LDO nº 9.977 de 06/07/2023

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição do Estado do Pará, arts. 115 a 123.	Estabelece normas a serem aplicadas, no que couber, à organização, composição e fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios.
Lei nº 5.654, de 23 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 25, de 5 de agosto de 1994.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios, e dá outras providências.
Ato nº 9, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado, de 8 de março de 1995.	Dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
Emenda Constitucional nº 26, de 16 de junho de 2004.	Dá nova redação ao art.307 da Constituição do Estado do Pará, o processo de escolha de Conselheiro do TCE E TCM, em caso de vaga ocorrida após a promulgação desta Constituição, ou que venha a ocorrer, observado o disposto no art.119, obedecerá os critérios descritos nesta Emenda.
Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios FUMREAP/TCM.
Lei Complementar nº 084, de 27 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.
Lei Complementar nº 102, de 29 de setembro de 2015.	Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e altera a Lei Complementar nº 84, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
Portaria nº 0323/2015 - TCM.	Fixa o valor da diária a que fazem jus os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará que, a serviço, no efetivo exercício de suas atribuições legais.
Portaria nº 0326/2015 - TCM.	Regulamenta a antecipação de décimo terceiro salário de seus servidores.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

Tribunal de Contas dos Municípios

Inciso III do Art.12 da LDO nº 9.649, 29/06/2022

OGE 2024 R\$ 1,00

Especificação	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
<b>03101 Tribunal de Contas dos Municípios</b>	<b>316.461.192</b>	<b>197.000.000</b>	<b>0</b>	<b>83.570.494</b>	<b>35.890.698</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0150000001 Rec. Não Vinculados de Impostos (Rec. Ordinário)	299.462.167	197.000.000	0	82.791.494	19.670.673	0	0	0
01501000012 Rec. Não Vinculados de Impostos (Rec. Dos Poderes)	13.982.668	0	0	150.000	13.832.668	0	0	0
01501000029 Recursos Ordinários - Outras Receitas Demais Poderes	204.000	0	0	14.000	190.000	0	0	0
01700000006 Recursos Provenientes de Transferências - Convênios e Outros	500.738	0	0	100.000	400.738	0	0	0
01759000075 Recursos Próprios do Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do TCM	2.311.619	0	0	515.000	1.796.619	0	0	0
<b>Total</b>	<b>316.461.192</b>	<b>197.000.000</b>	<b>0</b>	<b>83.570.494</b>	<b>35.890.698</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>